



## O Debate das Relações Étnico-Raciais na Disciplina de História no Novo Ensino Médio - (BNCC): algumas problematizações

### *The Debate on Ethnic-Racial Relations in the History Subject in the New High School - (BNCC): some problematizations*

Marcos Cesar Alves da Mota

Universidade Estácio de Sá, <https://orcid.org/0009-0009-8224-3527>,

[marcoschess@bol.com.br](mailto:marcoschess@bol.com.br)

#### Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar as problematizações envolvendo o ensino de relações étnico-raciais na disciplina de História, conforme orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Novo Ensino Médio. O estudo, de natureza teórico-bibliográfica e abordagem qualitativa ao discutir a relevância do tema a partir Frigotto (2023), Mignolo (2020), entre outros ao que tratar da inclusão de conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, destacando desafios e avanços. A análise evidencia que, apesar das diretrizes da BNCC, as práticas pedagógicas e os materiais didáticos ainda apresentam lacunas significativas. Constatou-se que as iniciativas para garantir a efetiva inserção dessas temáticas na educação pública são esparsas e fragmentadas, dificultando a construção de um ensino de História que contemple, de forma abrangente, as relações étnico-raciais.

Palavras-chaves: Relações étnico-raciais; História; Novo Ensino Médio; BNCC.

#### Abstract

This work aims to analyze the problematizations involving the teaching of ethnic-racial relations in the History discipline, according to guidelines from the National Common Curricular Base (BNCC) for the New High School. The study, of a theoretical-bibliographical nature and a qualitative approach, discusses the relevance of the topic based on Frigotto (2023), Mignolo (2020), among others, when dealing with the inclusion of content related to Afro-Brazilian and indigenous history and culture in the curriculum school, highlighting challenges and advances. The analysis shows that, despite the BNCC guidelines, pedagogical practices and teaching materials still have significant gaps. It was found that initiatives to ensure the effective inclusion of these themes in public education are sparse and fragmented, making it difficult to build History teaching that encompasses, in a comprehensive way, ethnic-racial relations.

Keywords: Ethnic-racial relations; History; New High School; BNCC.

## 1 Introdução

No contexto atual de mudanças no ensino médio brasileiro, torna-se importante aos profissionais e pesquisadores da educação fomentar análises acerca das



relações sociais, econômicas, políticas e culturais que têm caracterizado o processo de construção e implantação de uma reforma educacional neste segmento educacional. De acordo com o MEC (2019), a proposta de reformulação do Novo Ensino Médio (NEM) é estruturada na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), nas suas diretrizes, objetivos, conteúdos e metodologias, essenciais a serem ensinados em todas as escolas do Brasil.

O Novo Ensino Médio, regulamentado pela Lei 13.415/2017 e atualizado pela Lei 14.945/2024, exige uma carga horária mínima de 3.000 horas em três anos. Destas, 2.400 horas são destinadas à Formação Geral Básica (FGB), que inclui quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias (português, inglês, artes, educação física e tecnologia da informação), matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias (biologia, física, química) e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (história, geografia, filosofia, sociologia).

A BNCC, é composta também pelos itinerários formativos, com a carga horária de 600 a 1.200 horas, distribuídas nas disciplinas de projeto de vida e eletivas, comuns às três séries do ensino médio (1º, 2º e 3º anos). As eletivas são organizadas em eixos estruturantes, como investigação científica, processos criativos, mediação cultural e empreendedorismo, podendo incluir formação técnica e profissional. Destacando,

o protagonismo dos estudantes e de seu projeto de vida, por meio da escolha orientada do que querem estudar; a valorização da aprendizagem, com a ampliação da carga horária de estudos; e a garantia de direitos de aprendizagem comuns a todos os jovens, com a definição do que é essencial nos currículos a partir da BNCC (BRASIL, 2018, p. 01)

O Novo Ensino Médio, portanto, objetiva nas suas competências gerais o desenvolvimento do pensamento crítico, a resolução de problemas, a comunicação, a cultura digital, e o autoconhecimento. Tais competências são essenciais para preparar os alunos para os desafios do século XXI e para a vida em sociedade, de acordo com o MEC (2019).

Para análise no artigo ora apresentado, destacamos a área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Novo Ensino Médio, composta pelas disciplinas de história, geografia, filosofia e sociologia. São estabelecidas as competências e habilidades em seis segmentos para serem trabalhadas na prática pedagógica dos docentes em sala de aula e focadas no desenvolvimento de uma visão



crítica e ativa dos estudantes nas diversas realidades sociais. Essas competências buscam formar cidadãos capazes de compreender, analisar e intervir na sociedade de forma ética e responsável (BNCC, 2018).

Na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a BNCC orienta ainda a discussão da cultura da diversidade ao reconhecer e valorizar a pluralidade cultural, social e étnica da sociedade brasileira. As competências específicas dessa área incentivam a análise crítica dos processos históricos e culturais, reconhecendo as contribuições de diferentes grupos étnico-raciais, como afro-brasileiros e indígenas, na construção da identidade nacional.

Neste sentido, podemos apontar que a (BNCC) está em consonância com a Lei 11.645/2008, que complementa a Lei 10.639/2003, no que se refere à inclusão da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio. Ainda de acordo com a BNCC (2018) é preciso assegurar aos estudantes o acesso a um conteúdo da história povos africanos e indígenas na formação da sociedade brasileira. Além disso,

reivindicações e pelas demandas que há muito vinham sendo apresentadas por coletivos de luta negra, indígena, surda, entre outros, e está voltada ao enfrentamento das intensas desigualdades sociais, étnico-raciais e econômicas existentes que marcam a organização e a estrutura social brasileira. (BONIN, 2021, p.03)

Neste sentido, a BNCC, orienta que o ensino das relações étnicas e raciais seja transversal, permeando diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de desconstruir preconceitos e estereótipos e contribuindo para a construção de uma educação voltada ao combate ao racismo e à promoção da equidade. No entanto, ao considerar em especial na disciplina de História, inúmeros são os desafios de rompimento com a história conteudista tradicional que prima pela memorização de datas e acontecimentos históricos. Tais desafios se manifestam também na abordagem das relações étnico – raciais. Além disto, a implantação dos conteúdos que estimulam a problematização, rompendo com a produção de um conhecimento mais praticista e imediato, também é desafiadora frente às formas de mercantilização e tecnificação do ensino.

Após a introdução apresentada, serão tratados aspectos gerais da formação



em ciências humanas e sociais no contexto do novo ensino médio. Em seguida são discutidas as particularidades do debate étnico-racial na disciplina de história e por fim, tem-se as considerações finais.

## 2 Metodologia

Este trabalho teve como objetivo, através de uma pesquisa exploratória qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, discutir os aspectos relacionados à abordagem das questões étnico-raciais, especialmente no contexto das escolas públicas e na base curricular da disciplina de História. Segundo Minayo (2014), a abordagem qualitativa é adequada para tratar de questões complexas, o que se aplica ao estudo das interações no ensino e nos processos educacionais. Para Gil (2008), a pesquisa documental envolve a análise de materiais já existentes, que, embora já processados, podem ser reinterpretados sob novas perspectivas.

## 3 Resultados e Discussão

### As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Novo ensino Médio

A formação geral em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do novo Ensino Médio visa promover uma compreensão crítica da sociedade, incentivando os estudantes a analisarem as estruturas sociais, políticas e econômicas e suas implicações na vida cotidiana. Devem ser valorizadas a diversidade cultural e étnica, e o desenvolvimento de habilidades para a análise histórica e social, com estímulo à reflexão sobre políticas públicas e direitos humanos.

Para situar mais qualificadamente o debate acerca do ensino das relações étnico-raciais na disciplina de história no Novo Ensino Médio, é interessante retomar, mais amplamente, as competências específicas que devem ser construídas no campo das ciências humanas e sociais, de acordo com a BNCC, apresentamos as orientações da BNCC, são elas:

1. Compreensão de Processos Sociais e Históricos: Os alunos devem ser capazes de analisar processos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, entendendo suas múltiplas dimensões e como influenciam a vida social. Isso inclui a



habilidade de contextualizar acontecimentos históricos e reconhecer as interações espaciais e de poder.

2. **Investigação e Interpretação Crítica da Realidade:** Essa competência foca na capacidade dos estudantes de investigar e interpretar a realidade a partir de múltiplos pontos de vista, com o objetivo de construir argumentações que promovam os direitos humanos e a justiça social. Os alunos são encorajados a desenvolver uma postura investigativa e crítica em relação ao mundo ao seu redor.

3. **Uso Crítico e Criativo das Linguagens:** Os estudantes devem aprender a utilizar, de maneira crítica e criativa, as diversas linguagens e representações próprias das Ciências Humanas e Sociais, como mapas, textos e gráficos. A competência enfatiza a interpretação crítica e a produção de conhecimentos contextualizados.

4. **Proposição e Participação em Ações Coletivas:** A quarta competência incentiva os alunos a proporem, argumentar e participar de ações coletivas que visem à intervenção na realidade social, sempre com base em princípios éticos e democráticos. Essa competência promove a cidadania ativa e a defesa dos direitos humanos.

5. **Compreensão das Relações de Poder e das Instituições:** Os estudantes devem compreender as relações de poder e o papel das instituições sociais, políticas e econômicas, analisando como essas relações influenciam a organização da sociedade e os direitos dos indivíduos. Isso inclui a análise crítica das instituições e suas práticas.

6. **Reconhecimento da Diversidade e da Identidade Cultural:** A última competência específica trata do reconhecimento e valorização da diversidade cultural e das identidades sociais. Os alunos devem ser capazes de entender e respeitar as diferentes manifestações culturais e identitárias, promovendo a igualdade e a justiça social. (BNCC, 2018).

A proposta é preparar os estudantes para uma formação integral e crítica, abrangendo diversos objetivos educacionais. Isso inclui a capacidade de analisar criticamente fontes históricas e sociais, entender e respeitar a diversidade cultural, e refletir sobre políticas públicas e justiça social, pois,

É fato que a luta pela diminuição da desigualdade ainda é atual, muitas medidas ainda devem ser tomadas para que haja a extinção da discriminação étnico-racial, inclusive na própria escola. Para tanto, é



importante conhecer os fatos que contribuíram para a existência da realidade atual da sociedade brasileira (Rodrigues; Barbalho, 2016, p. 213)

O Novo Ensino Médio na sua BNCC, disponibiliza um itinerário específico de competências e habilidades para a estrutura curricular das escolas. No caso, a formação básica da linha de competências e habilidades específicas das Ciências Humanas e Sociais, na qual pertence a disciplina de história, o intuito é desenvolver na formação dos estudantes, os aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais nas relações próprias do mundo trabalho e as ações de cidadania na construção de uma consciência crítica e responsabilidade nesta formação (MEC, 2018).

O currículo, lidando com um determinado conhecimento, não permanece o mesmo, assim como o conhecimento também não –seja porque são apropriados de diferentes formas pelos sujeitos, seja porque passam a ser selecionados de outra forma, em função dos sujeitos. (Backes, 2022, p. 15).

É preciso já ressaltar nesse cenário, a resistência à mudança no contexto das relações étnico-raciais nas escolas, sendo um obstáculo significativo para o avanço da equidade e da inclusão. Essa resistência, manifesta-se, não raras vezes, nos próprios setores escolares. Isto ocorre, pelo desconhecimento, falta de sensibilização, crenças ideológicas e até o contexto eurocêntrico aplicado na escola até os dias atuais. Assim, o

corpo docente das escolas precisa ser capacitado para essa demanda a partir da formação inicial e continuada, da autoformação e da formação em instituições, para que a educação antirracista seja compreendida e se torne realidade nos currículos e nas rotinas escolares” (Sousa et al., 2022, p. 13)

Fundamental discutir ainda se a reforma educacional, com a criação do novo ensino médio foi e é pautada para uma construção de uma cidadania plena e democrática ou está no âmbito de ordem do sistema capitalista em a sintonia com a expansão do capital. Para Frigotto (2023), o novo ensino médio, possui uma estrutura curricular, com ênfase na formação técnica, baseada no pragmatismo, tecnicismo e economicismo. Há, por vezes o favorecimento de uma articulação de ensino/aprendizagem simples, rasa e espontânea, guiada por uma prática pedagógica da naturalização dos conflitos sociais.

Se a educação é realizada mediante um projeto educacional reprodutivo da



consciência mercantilista e configurando os interesses da lógica do sistema do capital internacional, aliado ao nacional, estaremos apenas reproduzindo uma educação competitiva e individualista, sem tratar dos conflitos culturais existentes. Como ressalta Mignolo (2020, p.10), 'é um colonialismo global, continua reproduzindo a diferença colonial em escala mundial, embora sem localizar-se em um determinado estado-nação. O colonialismo global revela a diferença colonial em escala mundial'

Para Freire (2013), é preciso que a educação se torne prática de liberdade, buscar retirar da educação esse fardo da obrigatoriedade de estudar, pela imposição do mercado de trabalho ou outras determinações vistas como autoritárias. Mas que seja orientado ao ato livre de construir o processo educacional.

Diante da proposta do novo ensino médio, que tem essa consistência aproximada da dimensão mercadológica e tecnicista, é fácil sucumbir, segundo Saviani (2019), a uma padronização de ensino, a partir de esquemas de planejamento previamente formados, aos quais devem se ajustar-se ao projeto de educação efetivando pelo governo.

Neste sentido, é preciso contextualizar as linhas do currículo, itinerários da formação básica e fazer críticas sobre a superficialidade sobre o ensino, incluindo as questões étnico-raciais. É importante possibilitar aos estudantes a compreensão das raízes históricas do racismo e seu impacto contínuo na sociedade. Para Gomes (2020), é preciso uma educação antirracista e ultrapasse a abordagem multicultural superficial.

Nesta linha, é fundamental que as instituições de ensino promovam um espaço de diálogo respeitoso, onde todos possam expressar suas experiências e aprender sobre as diferentes perspectivas, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e reflexivo. É necessária uma educação que promova a racionalidade, a criticidade e uma sólida compreensão de valores humanistas e sociais, formando cidadãos comprometidos com a solidariedade, na direção de valorizar a diversidade cultural.

## **Situando o Debate das Questões Étnico-Raciais na Disciplina de História no Novo Ensino Médio em Escolas Públicas**

Nesse contexto do Novo Ensino Médio se colocam orientações curriculares para o ensino das relações étnico-raciais, contudo, estas estão ainda pautadas na forma de inclusão dessa temática ou como apêndices da história eurocêntrica. Assim, é preciso ampliar o debate para uma base curricular nas áreas de conhecimento que possam efetivar



os temas e os conteúdos de forma efetivamente transversal. Como afirma Gomes (2020, p.70), “é preciso compreender os processos históricos e culturais singulares vividos por esses grupos no contexto das desigualdades e como esses nem sempre são considerados lutam pela construção da democracia”

O ensino das relações étnico-raciais no novo ensino médio nas escolas públicas pode provocar conflitos e tensões na sala de aula. Isto ocorre, devido aos alunos não estarem preparados para o diálogo inclusivo, pois, muitos estudantes carregam preconceitos e estereótipos, contribuindo na criação de um ambiente hostil e inseguro, especialmente para aqueles que já enfrentam discriminação. Segundo Silva; Martins, (2022), o ensino étnico-racial é um desafio no contexto escolar, pois, historicamente, seguimos um currículo baseado na História eurocêntrica e a História cultural afro-brasileira é tratada de forma invisível

É nessa direção que Fanon (2020) aponta a educação como instrumento tanto de opressão, quanto de libertação, e que cabe ao sistema educacional escolher qual caminho seguir. No que compete à disciplina de história, então, é fundamental focar os conteúdos das relações étnico-raciais, valorizando a diversidade cultural no processo de ensino / aprendizagem, bem como fortalecendo o diálogo sobre a valorização das diferenças.

Observa-se nas competências descritas pela BNCC (2018), ênfase na interpretação crítica da realidade, com foco na defesa de direitos humanos e respeito à diversidade. Dessa forma, os conteúdos trabalhados na disciplina de história precisam ultrapassar as barreiras factuais e possibilitar um olhar crítico sobre os fatos históricos.

Nesse contexto, um dos elementos significativos nas reflexões da particularidade do ensino de História refere-se à lógica conteudista do ensino tradicional, centrada na História quadripartida (antiga, média, moderna e contemporânea), de caráter fortemente eurocêntrico. Em meio a tais perspectivas de mudança nos modos de ensinar história, o professor tem importante papel, no objetivo de:

Ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer, o saber-fazer bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas em problemáticas (Schmidt, 2004, p.54).



No cotidiano do ensino de História das escolas públicas faz-se necessário, então, ampliar os temas e conteúdos sobre as relações étnico-raciais, enfatizando como os conceitos de diversidade cultural se manifestam em formas variadas de expressão: religião, música, dança, arte, culinária e literatura. Essas expressões culturais são formas de comunicar valores, histórias e experiências. Para Claro (2012, p. 9),

O conhecimento da História da África é condição para o entendimento da formação da sociedade brasileira. As tecnologias, costumes, culturas, estruturas políticas, econômicas e sociais trazidas pelos africanos não são devidamente reconhecidos e integrados à História do Brasil.

Sob essa perspectiva, o cotidiano escolar se constrói como um,

espaço que pode permitir o aprofundamento da vida democrática, na medida em que ela possa se tornar um espaço realmente público e que ensine e enseje a construção de outros espaços públicos, onde a diferença pode ser vivida e experienciada sem a marca do julgamento alheio. (Pereira, 2011, p.21).

A prática do ensino das relações étnico-raciais na disciplina de História, corrige erros históricos ao fornecer uma visão mais completa e precisa da história, muitas vezes contada a partir de uma perspectiva eurocêntrica. Ao abordar essa temática se permite aos alunos a ampliação das reflexões acerca das desigualdades sociais, preparando-se para enfrentar e questionar as injustiças. Assim,

atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais. é imprescindível que os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades. (BNCC, 2018; p. 366)

Além disso, sem uma abordagem crítica e informativa, os livros didáticos podem perpetuar estereótipos e preconceitos raciais, levando a uma visão distorcida ou incompleta da realidade. Portanto, é essencial incorporar conteúdo sobre relações étnico-raciais nos livros didáticos para promover uma educação mais inclusiva e justa, refletindo a diversidade da sociedade e contribuindo para um ambiente escolar mais equitativo.

A formação de cidadãos críticos também é comprometida quando temas



étnico-raciais são negligenciados, uma vez que os alunos ficam sem a oportunidade de desenvolver uma reflexão necessária sobre diversidade e igualdade racial. A falta desses conteúdos pode afetar a inclusão de todos os alunos no ambiente escolar, prejudicando o reconhecimento e a valorização de suas identidades e experiências.

## 4 Considerações Finais

A proposta do novo ensino médio, de acordo com o seu itinerário formativo, enfatiza um perfil centrado nas competências e habilidades para tornar o aluno um ser protagonista. A construção desse perfil enfrenta profundas contradições, sobretudo no cenário da escola pública contemporânea, que se situa no desafio de operacionalizar condições objetivas de funcionamento nem sempre suficientes para garantir o ensino gratuito e de qualidade.

Ademais, a constituição do Novo Ensino Médio se dá em um cenário que ora se volta à construção de práticas escolares mais coletivas, sociais, centradas em valores comunitários e, outras vezes, se volta à avalanche de conteúdos com propostas individualistas, competitivas, econômicas e a criação dos “super alunos”, supostamente preparados para todas as adversidades no mercado de trabalho do mundo globalizado.

Nesse cenário objetivo, defende-se que o ensino das relações étnico-raciais deve ser transversal e crítico, abordando de maneira profunda as raízes do racismo no Brasil, que estão intimamente ligadas à herança do colonialismo e da escravidão. Isto se faz necessário, como prática de resistência no campo educacional, e que contribui para a desconstrução de estereótipos raciais e da valorização das culturas africanas, que ainda são frequentemente invisibilizadas nos currículos escolares.

Por fim, salientamos que o artigo ora apresentado, de cunho exploratório, ratifica a importância de fomentar o debate sobre as relações étnico-raciais nos espaços escolares. A escola, particularizando aqui, pelo objetivo da pesquisa, as de caráter público, é fundamental para ampliar as reflexões críticas em torno da diversidade cultural, identidade, colonialismo, resistência, racismo estrutural, discriminação, leis antirracistas e políticas de ações afirmativas.



## Referências

- BACKES, José. Licínio. Sujeitos não hegemônicos na Pós-Graduação no Brasil e em Portugal: indígenas, angolanos, moçambicanos e timorenses. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-18, 15 mar. 2022
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2008.
- BONIN, Iara Tatiana. “Demarcar as universidades”: povos indígenas e ações afirmativas na Pós-graduação brasileira. **Práxis Educativa**, v. 17, p. 1-26, 15 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2016.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC**. Brasília, DF, 2017.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Guia de implementação do Novo Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996, Seção 1, p. 27833.
- CLARO, Regina. **Olhar a África: fontes visuais para sala de aula**. São Paulo: Hedra Educação, 2012.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 83-130, abril 2003.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 41ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2013.
- GOMES, N. (2020). Apresentação à quinta edição. In K. Munanga, **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra** (pp. 09-14). Belo Horizonte: Autêntica.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.



MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar** / Walter D. Mignolo; tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MUNANGA, K. (2020). **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica.

PEREIRA, Nilton Mullet. **Diversidade e diferença: problemas teóricos e pedagógicos**. In: TONINI, IvaineM.; KAERCHER, Nestor André (orgs.) Curso de aperfeiçoamento, produção de material didático para diversidade. Porto Alegre: Evangraf, UFRGS, 2011.

MOLL, Jaqueline; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **Ensino Médio para todos no Brasil: que Ensino Médio?** In: \_(Orgs). Ensino Médio para todos no Brasil: que Ensino Médio? Porto Alegre: Cirkula, 2020.

RODRIGUES, Cíntia Régia; FABRÍCIO, Edison Lucas. **“Eu não sei se posso dizer que não sou racista”:** narrativas discentes sobre história da cultura afro-brasileira e indígena na Educação Superior. *Práxis Educativa*, v. 17, p. 1-20, 22 fev. 2022.

RODRIGUES, Renata Cordeiro; BARBALHO, Alexandre Almeida. **A obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino: um estudo sobre a implementação da Lei N° 11.645/08 no conteúdo programático das escolas públicas de Caucaia**. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 6, n. 17, p. 199-219

SAVIANI, D. (2019). **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: Novas aproximações**. (1. ed.). Campinas, SP: Autores Associados.

SCHIMIDT, M. A. **A Formação do Professor de História e o Cotidiano da Sala de Aula**. In: BITTENCOURT (Org.) **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 54-66.

SOUSA, Fausto Ricardo Silva et al. **Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social**. *Práxis Educativa*, v. 17, p. 1-16, 14 mar. 2022.